

PRECONCEITO LINGUÍSTICO – O DECLÍNIO COMEÇA NA ESCOLA

Maridelma Laperuta-MARTINS⁵⁶

Rosane de Andrade BERLINCK⁵⁷

Resumo: Este artigo expõe os passos de uma iniciante pesquisa cuja hipótese é que o preconceito linguístico apesar de surgir na sociedade, só pode ser combatido por meio da escola. Trata-se de um trabalho para desmistificar, por meio da escola, crenças e atitudes preconceituosas sobre a linguagem.

Palavras-chave: Preconceito Linguístico. Sociolinguística. Ensino. Gramática.

Abstract: *This article outlines the steps of an initiating research whose hypothesis is that the linguistic prejudice, in spite of emerging in society, can only be fought through school. It is a struggle to demystify, by the school, beliefs and biased attitudes about language.*

Keywords: *Linguistic Prejudice. Sociolinguistics. Teaching. Grammar.*

Introdução

Este texto tem por objetivo expor em que está se constituindo a minha pesquisa de doutorado, que se encontra em seu segundo ano, e que pretende, tendo como embasamento teórico a Sociolinguística, fazer uma discussão sobre o *preconceito linguístico* e sua relação com a escola, o ensino de língua portuguesa.

A pesquisa tem sua origem a partir das aulas de língua portuguesa e linguística dadas, por mim, no curso de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *campus* de Foz do Iguaçu, cidade onde está sendo realizada a pesquisa.

Durante as aulas que eu ministrava, era possível perceber o quanto os alunos chegam ao curso de Letras, em sua quase totalidade, esperando por aulas de teoria

⁵⁶ Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – *Campus* Araraquara-SP – Brasil – chomsky1928@yahoo.com.br

⁵⁷ (docente orientadora da pesquisa) Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – *Campus* Araraquara-SP – Brasil berlinck.rosane@gmail.com

gramatical, ensino metalinguístico de gramática, exercícios de normas prescritivas da língua portuguesa. Junto com essa expectativa, havia (há) um sentimento de inferioridade com relação à fala de sua língua materna. Um sentimento de que não sabem português, não dominam sua língua. Vários eram os enunciados produzidos pelos alunos que mostravam esse sentimento de *inferioridade linguística*. Nas palavras de Mariane (2008), comentários como *não sei falar português direito, mal sei falar a minha língua, português é muito difícil* mostram uma mescla de um absurdo e de uma evidência: “Trata-se de um absurdo porque podemos nos perguntar como é possível alguém dizer que não sabe falar sua própria língua materna. E como é possível que isso se mostre para o sujeito como uma verdade, uma evidência sobre si mesmo?” (2008, p. 28). Isso tem feito com que eu, já há algum tempo, me questione sobre os motivos de esses alunos terem esses discursos sobre a língua que falam e sobre a relação que eles têm com a língua que falam. Onde estaria a origem desse sentimento de que a língua portuguesa – que é instrumento de comunicação, de interação deles com os outros indivíduos da sociedade em que estão inseridos, que os faz viver e se relacionar com essa sociedade, sem a qual esse relacionamento possivelmente não existiria – está posta num patamar acima das suas capacidades, como algo quase inatingível, mas que eles buscam atingir, por exemplo, fazendo o curso de Letras?

Também tem sido possível perceber que esses alunos, na verdade, são apenas representantes da sociedade em que vivemos. Eles refletem o sentimento que as pessoas têm, de um modo geral, no Brasil, com relação à língua que falam. Exatamente o mesmo: *não sei português; nossa língua é muito difícil*. E explicitam isso, sem se darem conta de que *vivem* dessa língua.

Esses questionamentos que (de modo subjetivo) eu tenho chamado de *inquietações*, fizeram-me querer não apenas buscar as gêneses de pensamentos e sentimentos incoerentes com a realidade natural da língua, mas também fazer algo para que isso seja modificado. Não utopicamente. Mas propor que, por meio da escola, das aulas cotidianas de língua portuguesa dadas em salas de aula de escolas públicas de Ensino Fundamental (E.F.), dentro dessa realidade, seja possível *ensinar* aos alunos fundamentos teóricos da Sociolinguística, por meio de atividades consoantes ao nível etário das turmas. Essas atividades seriam dadas de forma incisiva, num trabalho conjunto desta pesquisadora com os professores de língua portuguesa, dispostos a

participarem de grupos de discussão da teoria, preparação dessas atividades e aplicação das mesmas aos seus alunos.

Essa proposta de trabalho tem como hipótese que o chamado preconceito linguístico (que foi ultimamente muito debatido pela sociedade, mas infelizmente, com ausência de conteúdos elementares para uma discussão madura e inteligente do assunto⁵⁸) é, na realidade, social, tem origem na sociedade, mas somente por meio da escola é possível fazer um trabalho de conscientização desse preconceito e, conseqüentemente, de luta contra o mesmo.

Justificativa

Por mais que já se tenha falado e que as bibliografias sejam muitas sobre o que é preconceito linguístico (BAGNO, 2003), como ele acontece, uma inquietação com relação às suas origens e principalmente com uma possibilidade de neutralizá-lo tem sido uma constante em minha carreira acadêmica. Gostaria de discorrer um pouco a respeito dessa inquietação que vem aumentando, já há algum tempo, considerando um referencial teórico predominantemente sociolinguístico, que corrobora a possibilidade de neutralizar esse preconceito.

Início discorrendo sobre três pontos dessa minha inquietação, apontando-os, respectivamente, como: 1. os alunos de graduação em Letras e seus desejos de aprender gramática; 2. os professores de E.F. e de Ensino Médio (E.M.) e seu (quase) desconhecimento sobre conceitos da Sociolinguística; 3. a pessoa *comum*, aquele cidadão que não tem conhecimento específico sobre a linguagem, e seu senso (bastante) comum a respeito da língua portuguesa e suas implicações com o ensino.

Sobre o desejo que os alunos de graduação têm de saber, conhecer, dominar, entender gramática normativa, é possível afirmar que todos (sem exceção) que por mim passaram, no curso de Letras, queriam aulas de gramática para *aprender bem o português, para falar e escrever corretamente, para se comunicar melhor, porque não sabem português, ou para conseguir entender essa língua tão difícil.*

⁵⁸ Referência à polêmica sobre o livro didático referendado pelo MEC, constando informações sobre variação linguística que foi muito mal interpretado pela mídia e, conseqüentemente, pela população em geral.

Sabemos que é extensa a bibliografia que aborda direta ou indiretamente as definições de gramática: Possenti (1996), Travaglia (1997, 2003), Neves (1990, 2003, 2006), entre muitos outros, trazem valiosas contribuições, já há algum tempo, sobre tipos e definições de gramáticas, sobre como trabalhar gramática na escola e as inutilidades de um ensino *gramatiqueiro*.

Além dessas aspirações por *saber gramática*, ocorre, por parte desses mesmos alunos, uma resistência em aceitar (e talvez até entender) conceitos da Sociolinguística que desmistificam suas ideias. Textos como Weinreich, Labov e Herzog (1968) (que, como o próprio título do livro explicita, vão mostrar a existência de uma fundamentação empírica para a teoria de mudança linguística); Fonseca e Neves (1974); Trudgill (1974) e Labov (1972) são exemplos de que essa comunidade de alunos (futuros professores) sequer ouviu falar. Como diz Neves (2003, p.53): “Um conhecimento mínimo das descobertas da Sociolinguística, uma noção mínima dos conceitos de variação e mudança bastam para alijar das obras gramaticais a colocação explícita de preconceitos contra a *modernitas*”. Existe, entre eles, a confusão entre definições de *gramática normativa* e de *língua*; a dificuldade em aceitar a existência de várias gramáticas, inclusive a internalizada; e, o ponto crucial, a dificuldade em enxergar as implicações de conceitos como esses, no ensino de língua portuguesa para o nível Fundamental e até mesmo o nível Médio.

O segundo ponto de inquietação que tem me instigado é o (quase) desconhecimento de professores do ensino básico sobre esses conceitos da Sociolinguística e a também resistência dos mesmos em aceitá-la como uma *ferramenta*, uma base teórica importante para suas aulas. Isso é possível perceber nos cursos de formação continuada (meio de contato que tenho tido com esses professores) que ministro a eles todos os anos e, todos os anos, são praticamente os mesmos professores e, todos os anos, percebo o mesmo desconhecimento sobre questões que considero vitais e a mesma resistência por esses conceitos. O contato com os professores (sem generalizar, pois há muitos que têm interesse em reestruturar suas práticas pedagógicas) me fez ver que as atividades de gramática dadas aos alunos, quase sempre, resumem-se em atividades metalinguísticas. Conforme Neves (2003, p.150), atividades “para praticar o esporte de dar nome a certas palavras que nele ocorrem”.

Vários são os autores que trazem exemplos concretos desse tipo de atividade nas escolas e, o que se torna agravante, dadas *recentemente*. Antunes (2007) descreve um

exercício (que ela mesma enfatiza como *recém-proposta*) dado em uma escola de ensino fundamental, tendo como base (pré-texto) uma estrofe da composição *Comunhão* de Milton Nascimento, cujo objetivo era apenas nomear classes gramaticais: “escreva os substantivos abstratos do terceiro e do último verso”; “produza duas frases que contenham substantivos coletivos”; “que substantivo composto podemos formar com o substantivo chuva?” (p.126-127.). Chegam a parecer absurdos exercícios como esses, diante de tantas propostas de se trabalhar gramática normativa numa perspectiva epilinguística como as que há atualmente.

Mariani (2008) (já citada antes) escreve interessante artigo – na revista *Caderno de Letras* da UFF, dossiê *Preconceito Linguístico e Cânone Literário* – em que postula a origem do preconceito que os falantes brasileiros têm sobre sua própria língua (materna). Ela propõe a questão: “como é possível introjetar, ou melhor, naturalizar uma visão preconceituosa com relação ao próprio modo de falar?” (p.30). E a responde dizendo que: “Tal crença, ou suposição... e tal internalização foram possíveis em função de uma tradição legitimadora... de uma determinada forma de falar em detrimento de outra” (p.31). Ela expõe todo o percurso dos estudos da linguagem, desde os gregos (que sabiam da existência de outras línguas como também da variação que havia em sua própria língua! (p.32)), passando pelos romanos, até chegar ao Brasil, pontuando as questões que se referem à discriminação daqueles que não eram usuários das variedades oficiais da língua. Aqui no Brasil, no século XVIII, o chamado “Diretório dos Índios” torna-se um ato político que institucionaliza “a língua portuguesa com sua memória de filiação ao Latim” (p.36), silenciando a Língua Geral (falada na costa litorânea do país pelos índios e jesuítas) e seus falantes. São suas palavras finais no artigo:

Muitos brasileiros, então, não se identificam com o que é chamado língua nacional, não se identificam com essa representação que projeta um imaginário de unidade, sentem-se excluídos e, como os enunciados atestam, acabam por introjetar um preconceito contra seu próprio modo de falar. Há, em termos discursivos, uma contra-identificação (cf. PECHEUX, 1988 [1975] *apud* MARIANI (2008)) de grande parte dos brasileiros com a língua que fala.

Oliveira (2008), em artigo nessa mesma revista, também postula que esse pensamento sobre existência de desempenhos linguísticos superiores e inferiores está na origem da própria sociedade “e na sua híbrida formação étnico-cultural; está nas profundas distinções socioeconômicas que nos caracterizam; está na diversidade

geográfica nacional com suas cores locais e dialetos; está na presença de estrangeirismos, como marcas da globalização, enfim, está por toda a parte” (p.116). E Marta Scherre, em entrevista a Jussara Abraçado (ABRAÇADO, 2008, p.15), também afirma isso: “Eu diria que a fonte de dominação linguística está na sociedade. Penso que a escola nada mais é do que o reflexo da sociedade. O sistema escolar, na maior parte das vezes, apenas reforça o que a sociedade pensa e quer”.

A isso se refere o terceiro e último ponto de inquietação de minha parte: ao indivíduo que não tem contato com linguística, não é professor nem aluno, apenas passou pela escola, formou-se e não *admite certos erros de português* (mesmo sabendo, admitindo, que ele mesmo *não fala português corretamente*). Os comentários de pessoas com essas crenças podem ser vistos nos meios de comunicação e, atualmente, muito mais em meio eletrônico, como páginas da internet, sites de relacionamento (como o *Orkut, Facebook*), etc.; além das colunas de jornais e na própria televisão. O arcabouço bibliográfico sobre esse assunto é grande. A polêmica (graças às teorias linguísticas) também é. Por um lado, há os consultórios gramaticais, *gramatiqueros*, personalidades conhecidas na mídia e admiradas pela população em geral por “saberem bem o português”. Ao lado desses, pessoas comuns, com boa escolaridade (médicos, jornalistas, engenheiros, professores de outras áreas, que não a linguagem, dentistas, arquitetos, advogados etc.), que defendem a integridade da língua em colunas de jornais impressos e também na internet.

De outro lado, muito timidamente, estão os pesquisadores da linguagem que, de vez em quando, escrevem para um jornal ou revista, criticando e tentando mostrar as origens de uma expressão considerada errada, ou justificar o emprego de um termo inaceitável pelas pessoas. Ao lado desses, ninguém! Segundo Chambers, *apud* Roncarati (2008):

...as forças que prestigiam a variante *standard* são mais cristalinas: a academia e as gramáticas tradicionais proscovem usos mais coloquiais ... Pais de classe média defendem uma boa linguagem; professores corrigem o uso dos alunos; cartas ao editor deploram usos não prescritos; um falante desculpa-se pelo seu modo de falar errado ou por erros de ortografia ou gramática; não se reclama da hipercorreção na mídia ou da uniformidade de sotaque entre locutores de telejornais. *Mas as pressões sociais que defendem a variante não Standard não têm lobistas identificáveis* (p.51). (grifo meu)

Em Leite (2008, p.135), a autora também mostra como a mídia pode ser preconceituosa e intolerante quando usa pesos e medidas diferentes para julgar fatos idênticos, como nos exemplos que ela analisa: o jornalista que condena a criação linguística do ex-ministro Magri e valida a do ex-presidente Fernando Henrique, apenas por questões sociais e políticas, uma vez que as duas são linguisticamente equivalentes.

Recentemente, foi publicado e distribuído a escolas da rede pública, um livro didático, endossado pelo Ministério da Educação, que mostra a questão da variação e do preconceito linguísticos. Trata-se de *Por uma vida melhor* da coleção *Viver, aprender*. É um livro multidisciplinar, cuja autoria é de vários profissionais das diversas áreas do conhecimento, um livro usado na educação de Jovens e Adultos. Ele traz, num determinado capítulo, usando a sentença: “os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”, uma explicação sobre concordância nominal em que chama a atenção para duas variantes linguísticas, a padrão (concordância dos substantivos com os determinantes) e a variante em que apenas o determinante se pluraliza, dizendo que se trata da variedade popular e que, “nesta variedade, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente”⁵⁹. Na sequência, mostra como fica a sentença na variedade padrão e faz um comentário muito perspicaz sobre a questão do preconceito linguístico:

Mas você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar os livro?”, claro que pode. Mas fique atento porque dependendo da situação você corre o risco de ser vitima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem que ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Mais adiante, sobre concordância verbal, ele mostra, com os exemplos “nós pega o peixe” e “o menino pega o peixe”, que, embora as duas frases tenham verbo no singular, qualquer pessoa sabe que na primeira frase, “há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. E complementa: mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala”.

Ora, a temática da variação e do preconceito linguísticos é muito bem exposta no livro. Contudo, a sociedade não teve esta mesma *opinião*. Surgiu uma polêmica sobre o

59 <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/V6Cap1.pdf>

assunto em noticiários de televisão, rádio, em sites de jornalismo e blogs com um senso comum sobre o assunto. Todos os textos acessados, por mais imparciais que tentassem ser, traziam um parecer final único: é um absurdo essa nova pedagogia de ensinar *errado* na escola.

São jornalistas e colunistas deixando suas opiniões, que mais são políticas do que educacionais, em virtude de o livro didático ter a *assinatura* do Ministério da Educação e, portanto, do governo. Isso faz com que os contrários à atual gestão federal critiquem as políticas públicas de qualquer natureza. Ser contrário à adoção de um livro didático para as escolas públicas é um bom exemplo disso:

O neoesquerdismo do miolo mole, na sua fase de apologia do pobrismo, desistiu dessa bobagem (aqui se referindo às teorias de Paulo Freire). Esses *vigaristas intelectuais* estão certos de que o povo desenvolveu valores que lhe são próprios, que o distinguem da chamada “cultura da elite”. E deve ser respeitado por isso. A chegada do *Apedeuta* ao poder, com a sua compulsão de fazer a *apologia da ignorância*, parece dar razão prática a essa estupidez. Até parece que a complexa equação econômica em que se meteu o petismo, tendo de conservar os fundamentos do governo anterior, foi comandada por *prosélitos do analfabetismo*. Não foi! Ao contrário! Quem cuidou da operação foram pessoas com sólida formação intelectual⁶⁰ (grifos meus).

Alexandre Garcia, no programa Espaço Aberto, da Globo News, do dia 18/05, deste ano⁶¹, defendeu o ensino da concordância como meio de facilitar ao aluno o *raciocínio lógico*. Como se falar sem concordância impedisse ou dificultasse o raciocínio lógico das pessoas. Faço essa observação em virtude do comentário de Leite (2008, p. 134): “é comum os intolerantes afirmarem que as falhas apontadas mostram defeitos maiores do outro, tal como a dificuldade de raciocínio, a falta de clareza na exposição das ideias, a dificuldade de pensar de modo organizado ou até mesmo, a incapacidade de pensar”.

É a *oposição* política do governo que se aproveita da polêmica gerada para criticar a *situação* – veja esse trecho da fala do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que defendeu o recolhimento dos livros didáticos:

60 <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/livro-didatico-faz-a-apologia-do-erro-exponho-a-essencia-da-picaretagem-teorica-e-da-malvadeza-dessa-gente>

61 <http://g1.globo.com/videos/globo-news/espaco-aberto-alexandre-garcia/v/convidados-debatem-sobre-as-polemicas-da-lingua-portuguesa/1512976/#/Todos%20os%20v%C3%ADdeos/page/1>

Acho que caberia a governadores e prefeitos devolverem esses livros, já que eles *deformam a gramática* e transformam um livro didático em panfleto eleitoral ... O ministério está sendo acusado de se transformar em comitê eleitoral, com livro didático com proselitismo político e *erros gramaticais grosseiros* que transformam a *ortografia em pornografia gramatical*⁶² (Grifos meus)

São professores famosos (por estarem sempre dando *assessoria* a um ou outro programa de televisão) de língua portuguesa, cujo modo de pensar, expresso nessa polêmica, não nos traz nenhuma novidade:

O que me irrita mais nessa história é que se fala tanto em preconceito e discriminação, mas acho que a discriminação maior é acreditar que a criança é incapaz de aprender plural e concordar verbo com sujeito. O ‘Soletrando’ [quadro do ‘Caldeirão do Huck’] está provando isso. Crianças são capazes de aprender questões ortográficas mais complexas⁶³.

É a Academia Brasileira de Letras (ABL) que, em nota oficial, discorda da posição do MEC, ratificando o ideal de que a *descrição* da língua deve ser função da ciência linguística, mas que à escola cabe unicamente a tarefa de tratar da *prescrição* dessa língua, o que mostra, de certa forma, um *desconhecimento* (?) dessa Academia sobre questões básicas da linguística aplicada⁶⁴:

Todas as feições sociais do nosso idioma constituem objeto de disciplinas científicas, mas bem diferente é a tarefa do professor de Língua Portuguesa, que espera encontrar no livro didático o respaldo dos usos da língua padrão que ministra a seus discípulos, variedade que eles deverão conhecer e praticar no exercício da efetiva ascensão social que a escola lhes proporciona⁶⁵

São comentários da população brasileira que acessa os sites e blogs e deixa seus recados mostrando muita indignação com uma atitude que não apenas *maltrata o idioma*, como *mata a gramática* e “afunda a educação”, além de aproveitar a situação para deturpar conceitos, como pode ser visto abaixo:

62 In: <http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2011/05/17/haddad-falta-audiencia-do-senado-sobre-livros-didaticos-lider-do-psdb-pede-recolhimento-de-obras-com-erros-924480651.asp#ixzz1Mj6wWzOA>

63 <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/05/para-sergio-nogueira-livro-aprovado-pelo-mec-e-uma-inversao-de-valores.html>

64 Vide Bortoni-Ricardo (2006, p.133).

65 <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=11763&sid=727>

É incrível a nova postura do governo colocando em circulação essa cartilha com êrros (sic) de português e, ao mesmo tempo, taxando de preconceituosa a atitude de alguém tentar corrigir êsses (sic) mesmos êrros (sic). Infelizmente, no Brasil, a palavra preconceito está servindo para quase tudo, inclusive, nesse caso, para a defesa da ignorância como estilo de vida e, principalmente, como veículo de exploração política⁶⁶

Dentre a maioria quase absoluta de comentários desse tipo, nesses sites e blogs, há uma ou outra pessoa que se posiciona favorável ao uso do livro, mostrando-se esclarecida no que diz respeito a conceitos da Sociolinguística. Mas suas palavras parecem como as de um falante estrangeiro que não conhece a língua da terra onde está e tenta, inutilmente, se fazer entender na sua própria língua. Com exceção de alguns linguistas, como por exemplo, Marcos Bagno e Stella Maris Bortoni-Ricardo (que se expressaram em seus blogs)⁶⁷, as opiniões em comunidades específicas de linguagem (como a comunidade virtual da linguagem – CVL⁶⁸) ou Dante Lucchesi que escreveu um artigo para o Jornal “A Tarde⁶⁹” de Salvador (expondo as hipóteses de *semi-crioulização* do português brasileiro para a variação na concordância nominal e verbal), ou ainda Sírio Possenti em entrevista ao *Estado de S. Paulo*⁷⁰, não houve manifestação de quem realmente entende de linguística, *ao grande público*. Não é possível afirmar o motivo. O fato é que os linguistas não têm espaço na grande mídia para expor as questões da linguagem para a sociedade ao contrário de vários outros profissionais (médicos, advogados, jornalistas, engenheiros, cozinheiros, músicos, etc.) que expõem as questões de suas especialidades e também se acham no direito de falar, sem nenhum conhecimento específico, sobre linguagem.

Todo o exposto nos últimos parágrafos pode exemplificar qual é a maior das minhas *inquietações*. Apesar de todos os problemas por que passa a escola, tudo o que ainda falta fazer para que se obtenha um ensino-aprendizagem mais eficiente, *ela é a única instituição por meio da qual é possível divulgar, propagar ideias não preconceituosas sobre a linguagem*. Fora dela, não há como fazer isso. Não há espaço

66 <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/cony,-xexeo-viviane-mose/2011/05/13/TRANSFORMACAO-DA-LINGUA-NAO-DEVE-SER-ENSINADA-NAS-ESCOLAS.htm>

67 Marcos Bagno também deu uma entrevista junto com um professor Deonísio Silva da Faculdade Estácio de Sá e o professor Sergio Nogueira ao programa “Observatório da Imprensa” - <http://www.youtube.com/watch?v=M4367cC9Cjo>

68 <http://tech.groups.yahoo.com/group/CVL>

69 Jornal “A tarde”, Salvador-BA, 04/06/2011.

na mídia. Essa última polêmica sobre o livro didático provou isso. Tudo o que aparece em todos os meios de comunicação de massa é uma apologia a um ensino de língua portuguesa que privilegia os alunos que já chegam à escola falantes de uma variante culta e menoscaba os que não dominam essa variante.

Essa impossibilidade de fazer chegar às massas, à população em geral, conceitos da Sociolinguística contra o preconceito linguístico é minha maior inquietação. A origem do preconceito está na sociedade e não na escola, mas é *apenas* por meio da escola que se pode conseguir (ao menos, tentar) fazer alguma coisa contra ele.

A partir das hipóteses e questionamento expostos, estabeleci como objetivo geral da pesquisa em questão *contribuir para a mudança da formação de alunos de educação básica, no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa, de uma perspectiva metalinguística e de gramática normativa, para uma perspectiva de conhecimento e utilização de várias gramáticas, sob a luz da Sociolinguística, com ênfase na questão do preconceito linguístico.*

Subsídios teóricos

Tenho percebido que tanto os acadêmicos de cursos de graduação em Letras, como os professores de língua portuguesa, que adquirem certo conhecimento (superficial) da Sociolinguística, têm em comum uma grande dificuldade em transpor essa teoria para sua aplicação em sala de aula:

Concordo que quem deve refletir sobre o fenômeno de variação linguística é o linguista. O problema é que quem ensina língua portuguesa (que é o nosso caso) nas escolas, é o simples professor e não o linguista. Assim, o professor não reflete sobre essas coisas apenas se limita à atitude prescritivista⁷¹.

O excerto acima é o pensamento de um graduando prestes a se formar e iniciar (teoricamente) sua profissão. Ele já sabe que existe certa distância entre as teorias linguísticas que lhe são expostas na faculdade e a realidade do professor em sala de aula. Em várias das discussões, feitas em sala de aula (sobre textos que abordam temas como

70 <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,analisa-e-opinar-sem-ler,722479,0.htm>

71 Resposta de um aluno do 4º ano do curso de Letras (2009) – UNIOESTE (campus Foz do Iguaçu), a uma pergunta feita em uma avaliação da disciplina optativa nomeada gramáticas: descrição, norma e uso, por mim ministrada.

respeito pela variedade linguística do aluno, ensino de uma língua portuguesa menos prescritiva, mais funcional, voltada para conteúdos que despertem as habilidades comunicativas dos alunos, que sejam necessários para suas práticas de interação e persuasão, que definam com um pouco mais de precisão o que é norma padrão, para que ela serve, que não se trata de a *única*, mas apenas mais uma entre outras que existem e são utilizadas, a quem interessa que essa norma padrão seja considerada única aceita, entre tantos outros temas como esses) uma solicitação dos alunos é constante: como *fazer isso, professora?*

Na opinião de Cyranka (2007), há um motivo para os professores de educação básica ainda trabalharem com atividades de língua portuguesa que não correspondem às expectativas geradas pelas teorias recentes em linguística:

...hoje, uma parcela considerável desses professores entende a necessidade de mudar as perspectivas de seu trabalho com a educação em língua materna, mas a *transição da teoria para a prática* ainda gera desconfortável sensação de incompetência *projetada na resistência* da parte de muitos, resistência essa que, entre outros fatores pode levar à cristalização de metodologias estéreis do ponto de vista do conhecimento da competência comunicativa dos alunos (grifos meus) (p.12)

Esse fragmento, assim como a fala do aluno acima descrita, parece justificar o modo como são ainda trabalhadas essas aulas. Na verdade, atualmente, grande parte desses professores quer assumir essas mudanças de paradigma, mas não sabe como, de fato, fazer acontecer essa passagem da teoria para a prática.

Proporcional ao fato de esses professores não saberem como aplicar a teoria à prática, existe uma *extensa bibliografia* que se propõe a ajudá-los nessa tarefa. Gostaria de elencar (apenas) alguns autores (brasileiros) que se propõem a isso, por meio de suas pesquisas.

Bagno (2001; 2007) são obras que podem até ser consideradas didáticas (apesar de toda teoria linguística nelas contidas) em virtude de como orientam o professor a planejar e trabalhar com pressupostos da Sociolinguística em sala de aula. No primeiro livro citado (*Português ou Brasileiro*), o autor propõe passos de um trabalho com pesquisa linguística para o professor executar com os alunos, cujo objetivo é compreender a existência das variedades linguísticas, inclusive da considerada culta, e que variedade culta não corresponde à norma padrão.

No livro de 2007, Bagno propõe uma *pedagogia da variação linguística*. Ele trata teoricamente, com uma linguagem acessível das questões da Sociolinguística Variacionista e relaciona isso ao ensino de língua portuguesa, dando contribuições à análise de livros didáticos que, há mais de vinte anos, vêm tratando da questão da variação linguística, utilizando, porém, textos artificiais que não retratam a realidade linguística do Brasil. É um livro que deve ser não apenas lido, mas *estudado*, esquadrihado pelo professor de língua portuguesa para um sólido embasamento das suas aulas.

Outra autora que merece destaque, sem dúvida, é Bortoni-Ricardo (2004, 2006). Segundo palavras de Bagno (2007, p.236): “esse livro [*Educação em Língua Materna: a Sociolinguística em Sala de Aula*, de 2004] de Stella Maris é um esforço bem sucedido de aplicar a Sociolinguística à prática da sala de aula. A autora é pioneira no Brasil neste campo da ‘ação e reflexão’”. Em cada capítulo desse livro, Bortoni-Ricardo propõe atividades que fazem com que o professor incite seus alunos a refletirem sobre todos os tipos de variáveis e suas variantes (fonológicas, morfossintáticas, semânticas, lexicais) no nível linguístico, e suas relações com as variantes extralinguísticas. Estimula o professor a pesquisar, sempre junto com os alunos, as características sociolinguísticas da sociedade brasileira e ainda sugere uma série de referências bibliográficas que acrescenta conhecimento de linguística aplicada ao ensino de língua portuguesa e noções gerais da teoria da variação sobre a questão do preconceito linguístico. Neste livro, Bortoni-Ricardo propõe a substituição de termos como variedades padrão, não padrão pela utilização do que ela chama de *contínuos* (o contínuo *rural – urbano*; o contínuo *oralidade – letramento*; e o contínuo de *monitoração estilística*), em virtude de não haver fronteiras rígidas que separem os falares: “as fronteiras são fluidas e há muita sobreposição entre esses tipos de falares” (Bortoni-Ricardo, 2004, p.53).

Nós Chegamos na Escola, e Agora? (2006) é o outro livro de Bortoni-Ricardo que pode ser chamado de uma verdadeira aula de Sociolinguística aplicada ao ensino de língua portuguesa. Nesse livro, a autora “oferece aos leitores excelente fundamentação teórica e adequada exemplificação de entrevistas sociolinguísticas, eventos de oralidade, análise de erros, episódios comunicativos reveladores de problemas sociais e comunitários” (capa do livro). Tudo numa luta contra o preconceito com relação a questões (fenômenos) linguísticas/os que são erroneamente considerados erros. No capítulo deste livro que se intitula *Tem a sociolinguística efetiva contribuição a dar à*

educação, a autora elenca seis princípios que ela considera fundamentais para a implementação da sociolinguística educacional, entre os quais, um que é extremamente relevante para o desenvolvimento da pesquisa que ora se propõe: *o processo de conscientização crítica de professores e alunos quanto à variação e à desigualdade social que ela reflete*.

Para Bortoni-Ricardo, “a prática desses princípios, no seio de uma pesquisa permanente e séria sobre a influência da variação linguística na aquisição de estilos monitorados da língua, poderá apresentar respostas ao aparente impasse da sociolinguística na atualidade” (Bortoni-Ricardo, 2006, p.133).

A própria Maria Helena Moura Neves (já citada antes (NEVES, 2003)) tem uma extensa bibliografia (acessível a professores do ensino básico e a alunos de graduação) que toca na questão da necessidade de se obter um tratamento científico do uso da gramática na escola. Já em 1990, em *Gramática na Escola*, a autora conversava sobre os problemas que afligem o professor de português quanto ao ensino de gramática, mostrando que o funcionalismo é uma abordagem que pode fazer acontecer um ensino de gramática para *além da gramática*.

No livro de 2003, a autora dedica um capítulo inteiro para mostrar a “limitação a que se submeteu uma determinada tradição de ensino de gramática” (p.131) e as diversas possibilidades de incorporar as reflexões linguísticas no próprio material selecionado, utilizando as tiras humorísticas que são (mal) aproveitados em livros didáticos. Muito interessante, ainda nesse livro, a distinção que Neves faz sobre certas dicotomias que têm cercado a noção de gramática: *certo x errado; uso x norma padrão; língua falada x língua escrita e prescrição x descrição*. No que se refere à primeira dicotomia, é categórica em afirmar que certo e errado só são possíveis em campos legislados, ou seja, é no mínimo *ingenuidade*, falta de conhecimento, dizer que certas expressões, uso de determinadas variantes estão erradas, porque não existe uma *lei* à qual é possível recorrer para comprovar isso.

Em seu mais recente livro *Ensino de língua e vivência de linguagem – temas em confronto*, de 2010, no capítulo *linguagem e ação escolar – alguns aspectos da gramática de usos na escola*, Neves elenca 8 propostas cujos objetivos são satisfazer as reais necessidades do aluno em sala, não utilizando texto como pretexto para ensino de normas, mas extraindo do texto a gramática (NEVES, 2010, p. 171-196)

Irande Antunes (2007) compôs *Muito além da gramática*. Com esse texto, a autora tem intenção de fazer chegar até o cidadão comum (e não apenas aos professores de língua portuguesa) uma compreensão mais ampla do que sejam as questões linguísticas, mais prática do que sejam os usos da linguagem e mais científica do que seja o ensino de gramática. Trata-se de um livro muito acessível e que, por isso, não deveria ser desconhecido do professor de língua portuguesa. Fala sobre os tipos de gramática⁷², a diferença entre língua e gramática, as (falsas) relações que se faz entre saber gramática (normativa) e saber falar e escrever, discute a questão da norma, entre outras questões, de forma simples e que, ainda assim são ignoradas por muitos professores e muito mais pela sociedade como um todo.

Esses livros, até aqui referidos, são recentes. Isso, em princípio poderia significar que os temas *linguística aplicada ao ensino de língua portuguesa, ensino de gramática, preconceito linguístico e ensino*, sejam, de certa forma, também recentes para o universo de alunos de graduação em Letras e professores de E. F. e E. M. Entretanto, como se sabe, isso não é verdade. Esses temas já são objeto de pesquisa linguística há tempos. A prova são textos, resultado de inquietação e investigação de linguistas, que já estão no *mercado* há várias décadas.

Trabalhos como os de Luft (1985), Perini (1986, 1997), Possenti (1996) mostram que essa discussão sobre o ensino de gramática na escola é antiga. Mostram que as pesquisas sobre o tema estão adiantadas. Mostram que existe vasto material bibliográfico à disposição para a consulta de o professor interessado em atualizar seus conhecimentos sobre o assunto e modificar suas aulas, transformando sua realidade linguística e de seus alunos, no que se refere a conceitos sobre linguagem.

Além dessas ricas referências e, falando especificamente sobre a questão do preconceito, não posso deixar de citar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Nesses, podemos constatar a *legislação* sobre a necessidade de considerar as variedades do português falado e escrito, sobre a necessidade de a escola se livrar de mitos sobre a língua para uma educação de qualidade.

Oliveira (2008, p.126) afirma que “numa perspectiva assim assumida, não há lugar para atitudes preconceituosas e discriminatórias. A atual proposta pedagógica nacional é, pois, clara em sua postura político-acadêmica de legitimação de todas as manifestações linguísticas em uso no Brasil”. No decorrer desse artigo, então, a autora

72 Vide Possenti (1996)

expõe atuais propostas de redação na Universidade Federal Fluminense, mostrando que os concursos vestibulares já solicitam do aluno conhecimento sobre variação linguística. Assim, o raciocínio dessa autora é que, se esse conhecimento é exigido em vestibulares, isso significa que os alunos (de ensino médio, pelo menos) devem ter em seus currículos conteúdos sobre o tema e os professores, por sua vez, devem dar atividades que o desenvolvam. E, desse modo, não há espaço para preconceitos, uma vez que as variantes linguísticas são devidamente reconhecidas como variantes e não como erros. Ótimo. Entretanto, nossa experiência, como reportamos acima, não nos diz a mesma coisa...

Apesar de toda a referência bibliográfica acima citada⁷³ que discorre sobre o ensino de língua portuguesa, dando ênfase à questão da gramática, sob a luz de teorias linguísticas atuais e contra o preconceito linguístico; apesar de constar dos PCNs a exigência de um trabalho com variantes linguísticas, ainda (como verificamos no início deste texto e como é possível constatar empiricamente) não é possível conferir um trabalho na escola que condiga com isso tudo. Minha pergunta final: *Por quê?* Por que com tanta teoria, com tantas propostas de ensino epilinguístico, de gramática sob uma perspectiva não apenas normativa, considerando-se as variantes linguísticas, com tantos livros que abordam a questão do preconceito linguístico à luz de teorias científicas da linguagem, como a Sociolinguística, explicando devidamente as razões linguísticas e sociais de um falante optar (inconscientemente) por uma determinada variante e não outra, enfim, qual o motivo de ainda não serem conhecidas outras gramáticas que não a normativa, na escola, de se estigmatizarem determinadas variantes, de a noção de *erro* ainda ser categórica na escola?

Procedimentos metodológicos

Com base nas definições constantes de Gil (2002), está sendo realizada uma pesquisa aplicada, ou seja, aquela que *objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos*, de abordagem qualitativa cujo foco está na interpretação da ação social. Bortoni-Ricardo (2009, p.32) afirma que:

⁷³ Material de excelente qualidade, fruto de grandes pesquisas e que, obviamente, não encerram o tema, uma vez que há muito mais do que isso escrito e ao qual não nos reportamos neste artigo por questão de espaço.

Segundo o paradigma interpretativista, surgido como uma alternativa ao positivismo, não há como observar o mundo independentemente das práticas sociais e significados vigentes (...) a capacidade de compreensão do observador está enraizada em seus próprios significados, pois ele não é um relator passivo, mas um agente ativo.

E continua seu texto, afirmando serem as escolas espaços privilegiados para a realização da pesquisa qualitativa de cunho interpretativista. A mesma autora, expõe (p. 33) que existe um conjunto de métodos e práticas que são utilizados na pesquisa qualitativa de cunho interpretativista: pesquisa etnográfica, observação participante, estudo de caso, interacionismo simbólico, pesquisa fenomenológica e pesquisa construtivista. Dessas, práticas, a *observação participante* é o método de pesquisa que está sendo utilizado nesta pesquisa. Segundo Boterf (1985, p.52);

Considerando as limitações da pesquisa tradicional, a pesquisa participante vai, ao contrário, procurar auxiliar a população envolvida a *identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas*. Deste modo, a seleção dos problemas a serem estudados emerge da população envolvida, que os *discute com especialistas apropriados*, não emergindo apenas da simples decisão dos pesquisadores. (Grifos meus)

Resumindo, trata-se de uma pesquisa será aplicada, de abordagem qualitativa, cujo foco está na interpretação da ação social, que, por sua vez, possui como método a observação participante.

Desse modo, neste momento, estou realizando: 1. a formação de grupos de estudo com professores do E.F. sobre a Teoria Sociolinguística, com textos que estão sendo lidos e discutidos pelo grupo todo, sendo a aplicabilidade da teoria em sala de aula amplamente debatida; 2. a composição de sequências de atividades de ensino, com base nessa teoria.

Num segundo momento, será realizada: 1. a aplicação dessas atividades de ensino aos alunos dos professores participantes, pelos mesmos, com a nossa observação e 2. a verificação da funcionalidade dessas atividades com os alunos, depois de terem sido aplicadas, por meio de observação, diários e entrevistas.

Antes, porém, aplicamos um teste de crenças (adaptado de Cyranka, 2007) e realizamos uma entrevista semi estruturada com cada um dos professores participantes com intuito de comparar o que pensa cada um deles, sobre as temáticas da linguagem,

língua portuguesa no Brasil, gramática, normas e preconceito linguístico, agora e como serão suas crenças e atitudes depois do trabalho concluído.

Resultados alcançados até o momento

Neste primeiro semestre de 2011, iniciei e concluí a seleção dos professores que participarão da pesquisa. São, no total, sete profissionais que atuam dando aulas de língua portuguesa para o E.F. em escolas públicas de Foz do Iguaçu. Todos são professores formados em Letras e se dispuseram a participar da pesquisa integralmente.

Os textos da Teoria Sociolinguística (e afins) que nortearão o grupo de estudos com os professores participantes, que já estão sendo lidos e discutidos, também foram selecionados neste primeiro semestre. Estão sendo realizadas reuniões quinzenais, de aproximadamente 3 horas cada. Assim, teremos um total de 8 encontros até o final de novembro. Por isso, serão 8 textos discutidos, um em cada encontro, os quais, no total, abarcariam os 5 (por mim, chamados) eixos temáticos, a seguir: 1. *A língua portuguesa no Brasil – origens, fatos históricos, principais características, a questão do multilinguismo*; 2. *“Variedades linguísticas, avanços e entraves”*⁷⁴ (incluindo discussões sobre os livros didáticos e a questão do certo e errado na língua portuguesa e no ensino de língua portuguesa); 3. *A gramática e o ensino de gramática na escola – a metalinguagem no ensino de língua portuguesa (incluindo discussões sobre os livros didáticos)*; 4. A questão da *norma* – as normas “cultas, curtas e ocultas”⁷⁵; 5. O *preconceito linguístico* propriamente dito, sua negação, o real preconceito social envolvido e os motivos por que ainda há um ensino que reforça e enaltece o preconceito linguístico.

A seleção dos textos não se deu de modo fácil. Como discorrido anteriormente, há uma grande produção bibliográfica sobre o tema geral da pesquisa e sobre esses cinco eixos acima descritos, que se entremeiam pela própria natureza de suas proposições. Embora o grupo com o qual estou trabalhando seja de professores de língua portuguesa, o fato de não terem conhecimento sobre os temas (ou o terem superficialmente), faz surgir a necessidade de que os textos sejam também para iniciantes no assunto. Os autores/pesquisadores já citados anteriormente, entre outros, têm produções que se

74 Alusão a Dionísio (2005).

75 Alusão a Bagno (2005) e a Faraco (2008)

enquadram nesse requisito e por isso, elenco a seguir, os títulos (e seus respectivos autores) que estão embasando as discussões sobre os eixos temáticos propostos e auxiliarão na composição da sequência de atividades de ensino: 1. *Afinando conceitos* In: FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira – desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008; 2. *Preconceito linguístico: doa-se lindos filhotes de poodle* In: SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle – variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005; 3. *Gramática, uma área de muitos conflitos*. In: ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática – por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007; 4. *Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito linguístico*. OLIVEIRA, Gilvan Muller de. In: MOURA, H. M. M.; SILVA, F. L. (org.) *O direito à fala – a questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Insular, 2002; 5. *A Educação afetada pela intolerância ou preconceito da linguagem*. In: LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008; 6. *Variedades Linguísticas: avanços e entraves*. DIONÍSIO, Ângela Paiva. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *O livro didático de português – múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005; 7. *Mas o que é mesmo variação linguística?* In: BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso – por uma pedagogia da variação linguística*. 3ª. Ed. São Paulo: Parábola, 2009; 8. *Por uma reeducação sociolinguística*. In: BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso – por uma pedagogia da variação linguística*. 3ª. Ed. São Paulo: Parábola, 2009.

Ainda neste semestre, foram elaborados o *teste de crenças* e o questionário que embasa as entrevistas semi-estruturadas.

O *teste de crenças*, como já comentado, tem por objetivo dar-nos algumas informações preliminares sobre o pensamento que os professores têm sobre questões linguísticas que estão sendo objeto de discussão e estudo durante a pesquisa. Os resultados desse teste serão confrontados com as respostas dadas pelos professores ao questionário, durante as entrevistas semi-estruturadas. Tanto um (o teste de crenças) como o outro (questionário) só terão resultados cabais quando das discussões nos grupos de estudo (quando os professores estão tendo oportunidade de se manifestar mais espontaneamente sobre o assunto) e, principalmente, nas aulas em que aplicarão as atividades de variação e mudança linguística.

Considerações Finais e Encaminhamentos futuros

Neste artigo, expus, resumidamente, em que está se constituindo minha pesquisa sobre a existência de preconceito linguístico nas crenças e atitudes de professores e alunos de E.F. e em como ela está tomando forma, uma vez que tem como hipótese que seja apenas por meio da escola, de um trabalho *incisivo* de conscientização de questões básicas da Teoria Sociolinguística aos professores e alunos, que seja possível a desmistificação de suas crenças sobre a linguagem.

Neste momento, como dissemos, estamos realizando os grupos de estudo/discussão e composição das sequências das atividades de ensino. No primeiro semestre de 2012, os professores entrarão em sala de aula para a aplicação das atividades, quando serão realizadas entrevistas com os alunos. No final do 1º semestre de 2012, serão realizadas novas entrevistas com os professores e com os alunos para a comprovação ou não da nossa hipótese inicial.

Referências

ABRAÇADO, J. Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre preconceito linguístico, variação linguística e ensino. **Cadernos de letras da UFF: preconceito linguístico e cânone literário**, Niterói, v. 36, p. 11-26, 2008.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola, 2001.

_____. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 22. ed., 2003.

_____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna – a sociolinguística em sala de aula**. 2ª. Ed. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Nos chegemo na escola, e agora? Sociolinguística e educação**. 2ª. Ed. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. **O professor pesquisador – introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª. Ed. São Paulo: Parábola, 2009.

- BOTERF, Guy Le. *Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) **Repensando a pesquisa participante**. 2ª. Ed. São Paulo: 1985.
- CYRANKA, L. F. M. **Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora-MG**. (2007). (Tese) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Orgs.) **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. SP: Atlas, 2002.
- LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.
- LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUFT, C. P. **Língua e liberdade**, o gigolô das palavras, por uma nova concepção da língua materna. São Paulo: L&PM Editores, 1985.
- MARIANI, B. Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito linguístico. **Cadernos de letras da UFF: preconceito linguístico e cânone literário**, Niterói, v. 36. p. 27-44, 2008.
- NEVES, M. H. M. **Gramática na escola**. SP: Contexto, 1990.
- _____. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **Texto e gramática**. SP: Contexto, 2006.
- _____. **Ensino de língua e vivência de linguagem – temas em confronto**. São Paulo: Contexto, 2010.
- OLIVEIRA, M. R. de. Preconceito linguístico, variação e o papel da universidade. **Cadernos de letras da UFF: preconceito linguístico e cânone literário**, Niterói, v. 36. p. 115 - 129, 2008.
- PERINI, M. **Para uma nova gramática do português brasileiro**. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1997.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola?** Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- RONCARATI, C. Prestígio e preconceito linguísticos. **Cadernos de letras da UFF: preconceito linguístico e cânone literário**, Niterói, v. 36. p. 45 - 56, 2008.
- TRAVAGLIA, L. C. Gramática padrão: suas bases e ampliação das mesmas. **Língua e linguagem em questão**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.
- _____. **Gramática: ensino plural**. 9. ed., S.P.: Cortez, 2003.
- TRUDGILL, P. **Sociolinguistics: an introduction**. Great Britain, Penguin Books, 1974.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Empirical foundations for a theory of language change*. In: Lehmann, W. e Malkiel, Y. ed. **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press: 1968